



## Promulgada a atualização de documentos de defesa nacional

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Entre as recomendações da política, está "maior atenção" à Amazônia e ao Atlântico Sul, onde estão concentradas as reservas do pré-sal

São três os textos atualizados pelo decreto, entre eles a Política Nacional de Defesa, que estabelece 28 posicionamentos a serem adotados na área

O Congresso promulgou decreto legislativo que atualiza três documentos que orientam as atividades de defesa. O primeiro deles, a Política Nacional de Defesa, recomenda que o país adote 28 posicionamentos na área. Uma novidade em relação à política anterior é a "concepção política" de defesa, que se traduz em recomendações como o apoio ao multilateralismo. A Estratégia Nacional de Defesa define as ações a serem adotadas para que o Brasil alcance objetivos inscritos na política.

Já o Livro Branco de Defesa Nacional presta contas da estrutura de defesa disponível no país. A principal novidade da edição é o destaque à "possibilidade de cooperação no campo da defesa" entre os países da América do Sul e o fortalecimento da Unasul e do Conselho de Defesa Sul-Americano. **3**

**Hélio José faz avaliação positiva da Comissão Senado do Futuro **4****

**Reformas microeconômicas foram prioridade de colegiado **3****

**Legado de Celso Furtado encerra série da Rádio Senado **2****

### Estatual deverá divulgar objetivos públicos

Projeto aprovado na terça-feira pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor prevê a divulgação anual por empresas públicas ou sociedades de economia mista de carta demonstrando que suas atividades seguem objetivos específicos de políticas públicas.

O objetivo da proposta, de Roberto Muniz, é avaliar o custo-benefício de ações que possam ter impacto público, social ou econômico, como o fechamento de unidades ou o encerramento de serviços. **4**

### Texto prevê balança para conferir peso de produto lacrado

Estabelecimentos comerciais que vendem produtos lacrados, como supermercados, poderão ser obrigados a disponibilizar balança para pesagem das mercadorias. O objetivo é permitir que o consumidor confira o peso indicado na embalagem. A proposta foi aprovada na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e ainda terá que passar por turno suplementar de votação.

A autora, Rose de Freitas, argumenta que diversos produtos não respeitam a indicação do peso conforme a rotulagem.

O relator, Gladson Cameli, fez alterações no texto para que a medida se aplique exclusivamente às empresas de médio porte, como mercados, e de grande porte, como atacadistas. **4**



Com a balança, o consumidor poderá verificar se o peso confere com o rótulo

### Posse de Bolsonaro deverá durar 1 hora, preveem organizadores

Ana Volpe/Agência Senado



A posse de Jair Bolsonaro, e do vice, Hamilton Mourão, será mais curta que a de outros governantes, a pedido da equipe do presidente eleito e deverá durar cerca de uma hora. A previsão é que a solenidade no Congresso Nacional comece às 15h do dia 1º de janeiro.

Bolsonaro e sua mulher, Michelle, serão recebidos pelos chefes do Cerimonial do Senado e da Câmara, que os conduzirão pela rampa até o local onde estarão os presidentes das duas Casas, Eunício Oliveira e Rodrigo Maia.

A solenidade ocorrerá no Plenário da Câmara. **2**

Bolsonaro e Mourão deverão chegar ao Congresso pela rampa de acesso, onde serão recebidos pelo cerimonial

### Economia se recupera, diz relatório fiscal

A Instituição Fiscal Independente divulgou ontem o último relatório de acompanhamento fiscal do ano, que aponta recuperação persistente da economia. Essa recuperação, no entanto, é insuficiente para recolocar o país nos níveis do início de 2014, quando a crise econômica começou a se aprofundar. Segundo a avaliação, o restabelecimento do patamar daquele ano só ocorrerá em 2020. O relatório também mostra a recuperação do consumo, impulsionado pelo crédito mais barato. **3**

# Cerimônia de posse de Jair Bolsonaro deve durar 1 hora

A pedido da equipe do presidente eleito, a solenidade será mais curta que a de outros governantes e deverá começar às 15h no Congresso Nacional. O cortejo sairá de carro da Catedral de Brasília

A CERIMÔNIA DE posse do presidente eleito Jair Bolsonaro, no dia 1º de janeiro, está marcada para começar às 15h no Congresso Nacional. A solenidade envolve uma série de etapas e ritos.

Tradicionalmente, o evento de posse tem início na Catedral de Brasília, de onde sai o desfile do presidente, em automóvel, pela Esplanada dos Ministérios até o edifício do Congresso. Ainda não há definição se o trajeto será feito em carro aberto ou fechado, mas os últimos presidentes chegaram ao Congresso em um Rolls Royce conversível Silver Wraith de 1953.

De acordo com o roteiro da Secretaria de Relações Públicas, Publicidade e Marketing do Senado, Jair Bolsonaro e sua mulher, Michelle, seguirão



Bolsonaro e Mourão deverão passar pela rampa de acesso ao Congresso

em carro presidencial, já sem batedores e escolta, pouco antes das 15h. O vice-presidente eleito, Hamilton Mourão, estará em outro carro, logo atrás, também acompanhado da mulher, Paula.

Presidente e vice serão recebidos no início da rampa do Congresso pelos chefes do Cerimonial da Câmara e do Senado, que os conduzirão, pela rampa, até o local onde estarão os presidentes do Senado, Eunício Oliveira e da Câmara, Rodrigo Maia. No final da passarela, ficarão o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, e a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, além de lideranças do Congresso, que se juntarão ao cortejo.

Já dentro do Congresso, as autoridades caminharão até o Plenário da Câmara, onde será realizada a posse.

Eunício, que preside a Mesa do Congresso, abrirá a sessão solene e conduzirá os trabalhos. Após a execução do Hino Nacional pela Banda dos Fuzileiros Navais, Bolsonaro e Mourão farão o juramento de compromisso constitucional e assinarão o termo de posse.

Após dar posse aos eleitos, Eunício concederá a palavra a Bolsonaro, que fará um pronunciamento ao país.

Encerrada a sessão, o presidente da República, já empossado, descerá a rampa do Congresso e, como comandan-

te-chefe das Forças Armadas, passará em revista as tropas das Forças Armadas, sendo ainda homenageado com uma salva de 21 tiros de canhão.

Na sequência, Jair Bolsonaro embarcará novamente no carro presidencial e seguirá para o Palácio do Planalto, onde acontecerá a última parte da cerimônia: o presidente receberá a faixa presidencial de Michel Temer.

## Acessos

A população poderá acompanhar a cerimônia de posse em espaços determinados na Esplanada dos Ministérios. O acesso aos palácios será restrito. De acordo com a diretora de Relações Públicas do Senado e coordenadora do grupo de trabalho para a organização da posse no Congresso, Maria Cristina Monteiro, a cerimônia deve durar cerca de uma hora de duração.

— Acreditamos que seja uma cerimônia um pouco mais rápida em comparação com outros anos, a pedido do novo presidente. Ela deve ter no máximo uma hora de duração — estimou Cristina.

Se o dia da posse for chuvoso, a chegada de Bolsonaro ao Congresso não será pela rampa, mas pelo Salão Branco, com acesso pela chamada Chapelaria. A revista às tropas também será feita em área coberta, em local próximo à Chapelaria.

## Esplanada dos Ministérios será fechada no dia 29 para preparativos da posse

A Esplanada dos Ministérios será interditada para trânsito de veículos, de 29 de dezembro até 1º janeiro, devido aos preparativos da posse de Jair Bolsonaro. No dia 30, as vias paralelas à Esplanada (N2 e S2) também serão interditadas, segundo a Secretaria de Polícia do Senado. Nesse dia, será realizado um ensaio geral da posse.

No dia 1º, o acesso à Esplanada será possível a pé, apenas a partir da Rodoviária do Plano Piloto. Todas as pessoas serão revistas pela PM do Distrito Federal. Quem estiver com mochila, guarda-chuva e carrinho de bebê não poderá ultrapassar a barreira montada pela segurança do evento.

O gramado em frente ao Congresso será parcialmente interditado.

## Legados de Celso Furtado e da Sudene encerram série de rádio

A Rádio Senado e o Portal do Senado veiculam hoje o último programa da série *A Cepal e o Brasil*, em alusão aos 70 anos da Comissão Econômica para a América Latina, a Cepal, órgão da ONU criado em 1948 para auxiliar os países da região em seus processos de desenvolvimento socio-econômico.

O programa destaca o legado deixado pelo economista Celso Furtado (1920-2004), que atuou na Cepal entre 1949 e 1957 como diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico. Em parte deste período, o economista colaborou com a equipe responsável pelo programa “Plano de Metas — 50 anos em 5”, que norteou a gestão do presidente Juscelino Kubitschek entre 1956 e 1961.

Em 1959, ele foi escolhido por JK para ser o primeiro presidente e responsável pela estruturação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), considerada crucial para o início do processo de industrialização da região.

— Avalio que a gestão de Furtado na Sudene, que durou até o golpe militar de 1964, foi marcada pelo planejamento dos grandes eixos de desenvolvimento. Daí resultou por exemplo a BR-030 e o Porto de Campinhos [BA]. Ele e JK eram

ousados, porque já naquela época previam que essas rotas serviriam ao escoamento da produção do futuro celeiro do Brasil, o Centro-Oeste — afirmou o senador Walter Pinheiro (sem partido-BA).

O programa *A Cepal e o Brasil* será veiculado hoje pelo *Conexão Senado*, às 8h30, com reprise às 22h.

No final de semana, a Rádio Senado transmitirá uma reportagem especial, incluindo uma entrevista com o atual diretor do escritório da Cepal em Brasília, o economista Carlos Mussi. A reportagem vai ao ar amanhã às 10h e no domingo às 17h.



Programa trata da atuação do economista Celso Furtado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e pela Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado**: 0800 612211

• **Acompanhe**: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)

• **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV**: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:**  
 Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,  
 Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvío Burle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Novas diretrizes para defesa nacional já estão em vigor

Foi promulgado o decreto legislativo que atualiza a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional

FOI PROMULGADO NO dia 14 o decreto legislativo que atualiza três documentos usados para orientar as atividades de defesa no Brasil. O texto altera a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional. O Decreto Legislativo 179/2018 foi publicado na segunda-feira no *Diário Oficial da União*.

O consultor legislativo do Senado João Paulo Botelho, que atua nas áreas de Defesa e Relações Internacionais, explica que os documentos existem “para dar uma satisfação à sociedade” sobre as atribuições e os desafios das Forças Armadas.

— Eles são uma carta de intenções. Uma tentativa de chamar a atenção dos civis para a organização da defesa, uma área ainda pouco conhecida da população — afirma.

Lançada originalmente em 1996, a PND foi revisada em 2005 e 2012 e agora recebe a quarta versão. Uma novidade em relação à publicação anterior é a “concepção política” de defesa. Segundo o documento, “a paz e a estabilidade nas



Murcello Casal Jr/Agência Brasil — 17/12/2018

A PND recomenda que o setor de defesa dê maior atenção à Amazônia

relações internacionais” dependem da diplomacia “para a conjugação dos interesses conflitantes dos países”.

O texto recomenda que o Brasil adote 28 posicionamentos políticos na área de defesa, entre eles a solução pacífica das controvérsias, o apoio ao multilateralismo, a participação em organismos internacionais e o incentivo à integração da América do Sul.

Em uma análise sobre o “ambiente nacional”, a PND destaca que o Brasil carece “de maiores investimentos em ciência, tecnologia e inovação e em qualificação do capital humano”. O texto alerta ainda que “os estrangulamentos de infraestrutura existentes poderão retardar o efetivo desenvolvimento do país”.

A PND recomenda que o setor de defesa dê “maior aten-

ção” à Amazônia e ao Atlântico Sul, onde se concentram as reservas do pré-sal.

A END foi lançada em 2008 e atualizada pela primeira vez em 2012. A terceira versão do documento define ações a serem adotadas para que o Brasil alcance objetivos inscritos na PND. As medidas valem para todas as instâncias dos três Poderes e para setores não governamentais.

O último documento atualizado é o Livro Branco. As principais novidades estão no capítulo sobre o Ambiente Estratégico do Século 21. O documento destaca “uma clara possibilidade de cooperação no campo da defesa” entre os países da América do Sul e sugere o fortalecimento da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e do Conselho de Defesa Sul-Americano.

## Relatório afirma que economia está em recuperação

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulgou o último Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) do ano.

No documento, o órgão afirma que a economia apresenta recuperação persistente, mas ainda insuficiente para recolocar o país nos níveis do início de 2014, quando a crise econômica começou a se aprofundar.

Segundo a avaliação, o restabelecimento do patamar observado no início de 2014 só ocorrerá em 2020. O relatório também mostra a recuperação do consumo, impulsionado pelo crédito mais barato.

A recuperação do consumo vem ajudando a reativar o crédito e aliviar o comprometimento de renda das famílias

com dívidas bancárias.

A IFI também diz que a taxa de desemprego diminuiu lentamente, ficando em 11,7% em outubro, o que reflete a expansão das vagas no setor informal e no trabalho por conta própria, mas com diminuição da população ocupada com carteira assinada no setor privado.

## Jorge Viana teme atraso do país nas pautas ambientais

O senador Jorge Viana (PT-AC) fez um balanço de seus oito anos de mandato na Casa.

Viana lembrou que foi relator do Código Florestal, da Lei da Biodiversidade e do novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Também foi o autor da proposta que torna o estupro um crime imprescritível (PEC 64/2016).

Ele afirmou que o Brasil está se tornando uma nação cronicamente atrasada.

— Preocupa-me a condução de políticas públicas fundamentais, como a sustentabilidade na Amazônia, o debate sobre mudanças climáticas, a defesa dos povos indígenas e dos direitos humanos.



Pedro Franco/Agência Senado

## Ana Amélia pede fim da instabilidade jurídica

Ana Amélia (PP-RS) se despediu ontem do Senado afirmando que já se encontra em campanha para as eleições de 2022 e destacou a importância de se acabar com a instabilidade jurídica vivida pelo Brasil. A senadora mencionou a liminar proferida na véspera pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, concedendo liberdade aos presos condenados em segunda instância, que horas depois foi derrubada pelo presidente da corte, Dias Toffoli.

— A Suprema Corte precisa assegurar ao país estabilidade institucional, segurança jurídica, e não estamos vendo isso.



Pedro Franco/Agência Senado

## Cristovam diz que manterá a luta por um Brasil melhor

Após 16 anos no Senado, Cristovam Buarque (PPS-DF), que não se reelegeu, afirmou ontem que vai buscar ocupar outros espaços para lutar por um Brasil democrático, menos desigual e com educação de qualidade para todos.

— Quem olha para o futuro não se despede. Eu já fazia essa luta antes de chegar aqui, fiz aqui e farei depois. A luta por um Brasil melhor — disse.

Para o senador, o país precisa de um projeto de desenvolvimento sustentável e com justiça social, com atenção à economia, à preservação do meio-ambiente e que acabe com a fome.



Pedro Franco/Agência Senado

## Hélio José critica projeto de reforma da Previdência

Hélio José (PROS-DF) despediu-se ontem do mandato, destacando sua atuação por quatro anos em defesa dos servidores públicos e dos direitos sociais da população. O senador registrou ainda seu trabalho em prol das micro e pequenas empresas e sua luta pelo aumento da participação da energia limpa na matriz energética brasileira.

Ele tomou posse no Senado em 2015 na vaga deixada por Rodrigo Rollemberg. Hélio José destacou a aprovação de seu relatório na CPI da Previdência e sua atuação na relatoria de dezenas de projetos.



Pedro Franco/Agência Senado

### Alguns projetos votados na CAE

▶ PLC 93/2017	Cria cargos efetivos no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
▶ PLC 122/2015	Altera a Lei das Franquias para vedar a sublocação de imóveis pelo franqueador, por valor superior ao da locação
▶ PLC 215/2015	Estabelece a inclusão do leite na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM.
▶ PLS 156/2018	Concede o benefício do seguro-desemprego ao trabalhador extrativista vegetal durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade.
▶ PLS 260/2017	Modifica as faixas de consumo e percentuais de desconto aplicados aos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica.
▶ PLS 387/2018	Altera a lei que regulamenta o Fundeb, para dispor sobre o pagamento de abono aos profissionais da educação, nas situações especificadas.
▶ PLS 143/2016	Determina o pagamento do salário-maternidade e a concessão da licença-maternidade a quem adota ou obtém a guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente.

# Estatais poderão ter que divulgar carta anual com objetivos públicos

Projeto aprovado em comissão tem por objetivo avaliar atos que possam ter impacto público, por exemplo o fechamento de unidades

A COMISSÃO DE Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou na terça-feira projeto que determina a divulgação anual por empresas públicas ou sociedade de economia mista de carta demonstrando que suas atividades visam objetivos específicos de políticas públicas.

De acordo com o autor da proposta (PLS 155/2018), senador Roberto Muniz (PP-BA), a publicação das informações é necessária para atender ao disposto no artigo 173 da Constituição, segundo o qual a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando essencial “aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo”.

Para Muniz, a avaliação frequente das empresas estatais pelos órgãos governamentais é importante para que decisões estruturais, como o fechamento de plantas e subsidiárias, não sejam tomadas



Plenário da comissão durante a análise da proposta que obriga estatais a divulgar objetivos públicos

apenas com base na lógica do lucro, mas principalmente considerando os impactos sociais que podem ocorrer.

## Telebras

Nesse sentido, ele critica, na justificativa do projeto, a decisão da Telebras de interromper o serviço de internet em certas localidades não alcançadas pela iniciativa privada e a decisão recentemente anunciada pela Petrobras de fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) na Bahia.

“Com o encerramento das

atividades da Fafen-BA, o abastecimento do mercado de ureia fertilizante será feito por importação — o que impacta na forma produtiva das companhias misturadoras de adubo. Ou seja, uma decisão da estatal possui impacto socioeconômico amplo e profundo, sendo, portanto, mais que uma decisão de custo-benéfico financeiro, mas uma decisão de políticas públicas”, afirma o senador.

Em relatório favorável à aprovação do projeto, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) destaca a impor-

tância da divulgação anual dos objetivos estratégicos das empresas estatais, sobretudo diante da autonomia do seu funcionamento conferida pelo artigo 89 do Estatuto das Estatais (Lei 13.303, de 2016).

“Se as empresas estatais necessitam de autonomia para bem realizar suas atividades, isso não equivale a permitir que atuem de modo incompatível com os fins que justificaram a sua criação, mesmo porque, se assim o fizerem, o próprio fundamento de sua existência desaparece”, afirma no relatório.

## Projeto prevê balança em mercado para pesar produtos lacrados

Estabelecimentos que vendem produtos lacrados poderão ser obrigados a disponibilizar balança de pesagem de mercadorias, para que os consumidores confirmem o peso indicado nas embalagens. É o que estabelece projeto aprovado na terça-feira, em regime terminativo, pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O PLS 21/2017, da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), foi aprovado na forma de um substitutivo do senador Gladson Cameli (PP-AC). A proposta ainda vai a turno suplementar de discussão e votação na comissão.

Rose ressalta que diversos produtos colocados à disposição para o consumo não respeitam a indicação do peso conforme a rotulagem. Também destaca que o Cód-

igo de Defesa do Consumidor (CDC) prima pela veracidade da informação e o amplo acesso a ela.

O substitutivo de Gladson prevê a aplicação da medida exclusivamente às empresas de médio porte, como mercados e supermercados, e de grande porte, hipermercados e atacadistas. Ele propõe também a substituição da expressão “balança de precisão” por “balança para pesagem

de mercadorias”. Em outra emenda, modifica o prazo para que os estabelecimentos se ajustem à nova regra, que será de 180 dias, contados a partir da data de publicação.

Pela proposta, o descumprimento da obrigação está sujeito às sanções administrativas previstas no CDC, que vão de multa, apreensão e inutilização do produto até a cassação de licença do estabelecimento.

## Hélio José destaca trabalho da Comissão Senado do Futuro

O presidente da Comissão Senado do Futuro, Hélio José (Pros-DF), avaliou como bastante produtivo o ano de 2018 no colegiado. O senador destacou a parceria com universidades e outras organizações da sociedade civil para a realização de audiências públicas e agradeceu o apoio de servidores e de senadores no trabalho da comissão.

— A cada ano, a Comissão Senado do Futuro passa a ter mais importância. Foi uma honra ser presidente desta comissão, que tem um papel de orientação para o Senado. A comissão realizou diver-

sas audiências em que foram debatidos temas como serviço público, energia solar, preservação do meio ambiente, coleta de lixo e recursos hídricos.

— A conclusão é que o poder público precisa agir logo, com regras claras de proteção de mananciais e limites na construção de novos reservatórios — disse Hélio José, que também defendeu o uso racional da água.

Em maio, a comissão promoveu uma audiência pública sobre a segurança nos estádios. Entre outras sugestões, os debatedores apontaram a elaboração de um cadastra-

mento biométrico dos integrantes das torcidas organizadas como uma importante medida de segurança.

## Mobilidade

Outra audiência promovida pela comissão, em agosto, debateu a questão do assédio moral no ambiente de trabalho. Os convidados sugeriram duas medidas: a criminalização do assédio moral e o reconhecimento do sofrimento de assédio como uma doença do trabalho.

Também em agosto, a CSF discutiu a mobilidade urbana. Já em setembro, a comissão

promoveu um debate sobre a democratização dos meios de comunicação.

Para Hélio José, “a CSF nada deve a outras comissões do Senado”. Ele disse que a comissão tem o importante trabalho de instruir projetos para outros colegiados.

Ao contrário das outras comissões permanentes da Casa, a CSF não aprova projetos. Com 11 titulares e 11 suplentes, a comissão tem a tarefa de promover discussões sobre grandes temas e o futuro do país, e de aprimorar a atuação do Senado nessas questões.

## Vanessa critica decisão sobre voto aberto para presidente do Senado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)



Pedro Franco/Agência Senado

Marco Aurélio Mello determinando votação aberta para a eleição do presidente do Senado no ano que vem. Segundo a senadora, em alguns casos o voto secreto é necessário para fazer prevalecer a liberdade do parlamentar.

— Esse é o voto que garante a independência do Legislativo frente ao Executivo. Defender o voto secreto é defender a liberdade, é defender o justo, é garantir que o Parlamento tenha liberdade para escolher quem quer que seja.

## Brasil é protagonista da segurança alimentar, diz Wellington Fagundes

Wellington Fagundes (PR-MT) fez um alerta para o aumento populacional previsto para as próximas décadas, que deve



Pedro Franco/Agência Senado

ressaltar a importância do Brasil na agropecuária mundial. O senador lembrou que, segundo a ONU, em 20 anos haverá mais de 20 bilhões de pessoas no planeta.

— O Brasil é o único com capacidade de aumentar sua capacidade de produção de alimentos, visto que China, Estados Unidos, Europa e outros países estão no limite. Diante desse quadro, somos protagonistas da segurança alimentar. Temos clima, terras e um povo trabalhador.

## Guaracy quer aumentar limite de pontos na CNH para caminhoneiros

O senador Guaracy Silveira (DC-TO) defendeu o aumento da quantidade de pontos acumulados na habilitação para que



Pedro Franco/Agência Senado

motoristas profissionais, como caminhoneiros, sejam punidos com a suspensão do direito de dirigir. Um projeto em análise no Senado (PLC 75/2018) diferencia a pontuação para os motoristas profissionais.

— O motorista de caminhão anda de 10 a 12 mil quilômetros por mês. Os caminhoneiros estão a ponto de explodir e um dos combustíveis para essa explosão social é justamente a injusta pontuação na carteira de motorista.